

TÍTULO DO TRABALHO			
DO CONHECIMENTO OBJETIVO À CRÍTICA ONTOLÓGICA EM MOISHE POSTONE			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>João Guilherme Carvalho de Souza</b>	Universidade Federal Fluminense	UFF	Aluno Grad.
<b>Fabiana Ferreira de Castro</b>	Universidade Federal Fluminense	UFF	Aluna Grad.
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O objetivo deste trabalho é defender que a reinterpretação do marxismo feita por Moishe Postone é guiada pelo método do filósofo húngaro György Lukács chamado de crítica ontológica. Esse método faz uma crítica aos próprios pressupostos da teoria em questão como procedimento que permite conhecê-los na sua realidade em si, o que o torna um método alternativo ao defendido pelas concepções, atualmente dominantes em filosofia da ciência, que negam o caráter objetivo do conhecimento. Além disso, esse método não se esgota na crítica lógico-gnosiológica (que aponta problemas os problemas internos de uma teoria), colocando como uma etapa posterior a demonstração de porque determinadas teorias, mesmo depois de demonstradas falsas, permanecem com ampla circulação social. Para demonstrar a presença desse método em Postone, será apresentada uma breve história da filosofia da ciência no século XX buscando entender a discussão sobre ontologia desde os empírico-realistas até os crítico-realistas. Após essa discussão, pretende-se argumentar a favor da crítica ontológica como estrutura mais coerente para alcançar o conhecimento proposto, mostrando a insuficiência das demais formas de se obter um conhecimento que possibilita práticas transformadoras. Por fim, defende-se que o autor Moishe Postone, ao realizar uma reinterpretação da crítica marxiana do capitalismo, realiza o procedimento de crítica ontológica do marxismo.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Karl Marx; György Lukács; Moishe Postone			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<b>Abstract</b> <p>The objective of this work is to defend that the reinterpretation of Marxism made by Moishe Postone is guided by the hungarian philosopher György Lukács method called ontological criticism. This method makes a criticism of own assumptions of the theory in question as a procedure that allows to know them in their reality itself, making it an alternative method to the concepts advocated by the currently dominant in philosophy of science, who deny the objective character of knowledge. In addition, this method is not limited to logical-epistemological criticism (pointing the internal problems of a theory), posing as a later step demonstration of why certain theories even after proven false, remain with broad social movement. To demonstrate the presence of this method in Postone, a brief history of philosophy of science in the twentieth century trying to understand the discussion of ontology from the empirical-realistic to the critical realist appears. After this discussion, we intend to argue in favor of ontological criticism as more coherent structure to achieve the proposed knowledge, showing the failure of other ways to obtain knowledge that enables transformative practices. Finally, it argues that the author Moishe Postone, to perform a reinterpretation of Marx's critique of capitalism, does the ontological critique of Marxism procedure.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Karl Marx; György Lukács; Moishe Postone			
EIXO TEMÁTICO			
Ciência, Filosofia e ideologia: estranhamento ou emancipação			

# DO CONHECIMENTO OBJETIVO À CRÍTICA ONTOLÓGICA EM MOISHE POSTONE

João Guilherme Carvalho de Souza<sup>1</sup>  
Fabiana Ferreira de Castro<sup>2</sup>

## Introdução

Este artigo está dividido em três seções. Na primeira seção busca-se entender o papel da ontologia nas tradições positivistas e relativistas da filosofia da ciência e porque essas correntes não conseguem explicar a função crítica das teorias e quando explicadas remetem à forma lógico-gnosiológica. Na segunda parte argumenta-se em defesa da crítica ontológica, porque a crítica dos pressupostos tem de ser a condição de disputas entre teorias, indo além das posições positivistas, relativistas da filosofia da ciência na investigação dos objetos da ciência, uma vez que possa existir falsas ideias que possuem aplicabilidade prática. Na terceira e última se defenderá que o Moishe Postone utiliza do mesmo método para realizar sua interpretação alternativa das categorias-chave da análise marxiana, mesmo que as falsas ideias propostas pelo marxismo tradicional tenha aplicabilidade prática ela não conseguiu resolver o problemas que o socialismo se defrontou no século XX.

## 1. As ontologias positivistas e relativistas

### 1.1 A Ontologia Positivista

Mesmo que haja em diferentes níveis de positivistas (Comte, Mach, Carnap, Hempel, etc.) chamaremos toda a corrente que tem como base de análise o empírico ou a lógica empírica de “*Positivistas*” já que os positivistas têm como objetivo chegar a um conhecimento científico, axiologicamente neutro, que pudesse guiar a filosofia e consequentemente a ciência. O método consistia em análise dos objetos empíricos através de uma análise lógica, onde nela somente proposições com significado cognitivo fizessem parte do discurso científico, para assim expurgar toda e qualquer proposição com significado metafísico. Conseguindo isso, haveria uma segurança da neutralidade desse conhecimento científico. Sendo assim, o que poderia levar a um conhecimento seguro seria a eliminação da metafísica na ciência.

---

<sup>1</sup> Aluno do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes.

<sup>2</sup> Aluna do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes.

Para se chegar ao conhecimento proposto era preciso analisar, segundo Caldwell três problemas a se considerar, pelos filósofos da ciência, que são: (i) *A pesquisa e o critério de significância cognitiva*; (ii) *O estatuto, a estrutura e função das teorias e dos termos teóricos*; (iii) *A natureza da explicação científica*. (Caldwell, 1982, p.19) Quanto ao ponto (i) a ciência necessita de um critério para estabelecer uma demarcação entre as asserções, dividindo-as em científico e não científico de acordo com o critério proposto. O primeiro critério dava o caráter de significância cognitiva às proposições que eram as analíticas, sintéticas e metafísicas. As analíticas são proposições consideradas tautológicas, ou em outras palavras, explicam-se por si só. Por exemplo, todo quadrado tem quatro lados. As sintéticas são explicadas por sua relação com o mundo. Por exemplo, o cachorro está sobre a cama. Já as metafísicas nada diziam ao projeto dos positivistas, pois representavam um caráter normativo e não explicava sobre o mundo. Por exemplo, matar é errado.

Agora resta testar as proposições com um método lógico-empírico necessário. O primeiro critério estabelecido para o teste era o de verificação. Esse método consiste no teste empírico de cada proposição, uma a uma, e somente se validadas são consideradas com significado cognitivo e, portanto, científico. Por exemplo, ao analisar a proposição ‘Todo corvo é preto’ (Caldwell, 1982, p. 20) é aplicado o método de verificação e então classificá-la entre com ou sem significado cognitivo. Entretanto, essa forma de análise exclui as proposições generalizadas por não garantir um número mínimo de testes empíricos, pois ao querer verificar se todos os corvos são pretos teremos que olhar um a um o que é impossível, para a validação das proposições gerais, então surge o problema de testabilidade infinita.

Se a verificação é entendida como um estabelecimento completo e definitivo da verdade, então uma sentença universal, por exemplo, uma assim chama lei da física ou da biologia, nunca pode ser verificada, um fato que tem geralmente sido observado. (Caldwell, 1982, p. 22).

Um novo critério era necessário para responder ao problema que surgiu de testabilidade infinita, porque com o critério de verificação as leis gerais não poderiam ser validada pela instância limitada de testes possíveis, entretanto, pode-se testar os elementos constitutivos dessa lei e então, agora, não mais verificar e sim confirmar. “Por isso, um novo critério adotado, desenvolvido por Rudolf Carnap, foi o de confirmação. Esse critério estabelecia uma nova forma de demarcar o conhecimento científico, sendo consideradas científicas aquelas que forem sujeitas a teste empírico e não científico o extremo oposto. Agora a cada teste confirmado pela proposição a torna confiante demandando um número finito de testes, em outras palavras, quanto maior fosse o número de testes que as proposições, isto é, seus elementos internos passarem, sem serem invalidadas, maior seria seu grau de confirmação. Todavia, um novo problema surge, porque não existe a garantia que a proposição passaria no próximo teste empírico, pois é possível que no teste seguinte a mesma seja

considerada metafísica. A afirmação, agora, não seria verificada, mas sim corroborada (Cavalcante, 2005, p. 13).

Uma vez corroborada, os positivistas se veem diante de um problema que corresponde ao estatuto, estrutura e função das teorias e termos teóricos, ou seja, ao ponto (ii) sobre a estrutura e função dos termos teóricos. No método de confirmação admitia-se a existência de entidades não provadas pela ciência, visto que os termos teóricos não podem ser provados empiricamente e pelo projeto dos positivistas, considerados metafísicos, logo entrando em contradição com o objetivo da proposta inicial. Com a tentativa de solucionar o problema surge o modelo hipotético-dedutivo, chamados modelo H-D. Toda teoria contém pressupostos, axiomas, postulados, hipóteses que permite a generalidade das leis científicas. Eles podem representar tanto a teoria quanto uma linguagem observacional que serve para descobrir interdependências entre os fatos observáveis formando uma espécie de heurística, isto é, “servindo à função explanatória de si mesma” (Caldwell, 1982, p. 23). Dessa forma as teorias são testadas como um todo e não por seus elementos constitutivos, ou seja, entendido como um modelo estruturado por hipóteses, isto é, leis gerais, com proposições metafísicas ou não, e fenômenos deduzidos dessa lei (modelos de covering law). Assim o objeto do teste empírico é deslocado dos elementos particulares para a teoria em seu conjunto, com isso, validando indiretamente todas as proposições, até mesmo as metafísicas, quando se obtivesse adequação empírica. Agora nos deparamos com o ponto (iii), como se dá a natureza da explicação científica? Para essa corrente de pensadores – Positivistas – a explicação científica deve se basear em estabelecer correlações entre fenômenos, pois apenas os metafísicos tentariam ir além dos próprios fenômenos em busca de explicações que vai ao cerne da questão tentando entender o *porquê*, e não *como*, se dão os fenômenos. (Caldwell, 1982, p.27-28)

### **1.1 A Ontologia Relativista**

Enquanto os positivistas, no projeto de eliminar a metafísica da ciência, utilizavam de modelos e regras de caráter universais, como a melhor explicação da prática científica, os autores considerados por Caldwell (1982) mais relevantes no debate da filosofia da ciência - pós-positivista -,

Enfatizam o crescimento do conhecimento ao longo do tempo, a dinâmica da mudança no interior das disciplinas individuais e as práticas efetivas dos cientistas. A universalidade é qualificada pela especificidade; verdades imutáveis são ameaçadas pelo reconhecimento de normas de investigação e padrões de pensamento mutáveis; a análise lógica é suplementada por e checada pelo estudo da história. (Caldwell, 1982, p.35)

Kunh fornece uma explicação diferente dos positivistas sobre a natureza da explicação científica. Para isso, é preciso entender dois conceitos importantes em sua análise que são: ‘ciência

normal' e 'paradigma'. Toda ciência deve se basear num paradigma, isto é, uma visão de mundo que permite guiar as pesquisas de uma determinada tradição científica, constituindo uma forma de significar o mundo. Afirmar isso, significa que paradigma é uma conceituação importante, de forma ausente no positivismo, a necessidade de uma pré-conceituação e que assim, “todas teorias põem e pressupõem uma ontologia” (Duayer, 2012, p.39) do objeto de estudo para que então uma afirmação a seu respeito possa ser realizada. Além de ser a ideia central da concepção de evolução do conhecimento científico, pois é através dele que a prática científica é possível. A ciência normal tem como pressuposto um paradigma dominante que delimita as pesquisas da comunidade científica. Nesse período a ciência deve buscar resolver os problemas propostos pelo paradigma, pois “a ciência normal não busca produzir novidades; ao contrário, é uma atividade que procurar resolver enigmas” (Caldwell, 1982, p. 37).

Muito da pesquisa em que engajam os praticantes da ciência normal envolve 'atividades de limpeza de terreno' que alargam e articulam a estrutura paradigmática assumida, em uma palavra, consiste na tentativa de forçar a natureza no interior da caixa pré-formada e relativamente inflexível que o paradigma proporciona (Caldwell, 1982, p.37).

Entretanto, vale aqui um questionamento de como a ciência se evolui? É a partir do acréscimo de conhecimentos ao paradigma dominante ou ao rompimento do antigo e surgimento de novos paradigmas? (Cavalcante, 2005, p.23) Segundo Caldwell, Devido a sua própria natureza, a ciência normal leva seus praticantes a tomar ciência de anomalias, pré-requisitos de novas descobertas que, no final, podem produzir mudanças paradigmáticas. (1982, p.37)

O desenvolvimento da ciência normal, como já foi dito, gira em torno de um paradigma dominante, este paradigma deve orientar um conjunto de regras das práticas científicas, pois os cientistas poderiam facilmente se perder num universo de paradigmas que têm a possibilidade de permanecerem igualmente relevantes. Ao decorrer da atividade científica, os cientistas buscam resolver os problemas que o paradigma dominante fornece ao longo dessa prática. À medida que se resolve problemas outras anomalias irão surgir até aparecer uma que coloque o paradigma em descrédito (Cavalcante, 2005, p. 29).

Surgindo um problema não resolvido pelo paradigma, inicia-se o processo chamado, por Kuhn, de ciência extraordinária. O período de ciência extraordinária começa quando a ciência normal não consegue dar cabo responder as novas questões que a comunidade científica se depara. Desse modo, a ciência extraordinária é o período em que ocorrem transformações relativas ao paradigma. Como também novas visões de mundo são propostas na tentativa de reformular os instrumentos de uma dada comunidade científica.

Entretanto, os cientistas não podem simplesmente abdicar de um paradigma num período de crise paradigmática. Na comunidade científica só descarta um paradigma quando outro possa dar continuidade à evolução da ciência, e fornecendo um caminho para que as práticas científicas assumam tal posição, ou seja, quando novo paradigma proposto torna-se hegemônico. A importância em se ter uma pré-significação do mundo e com isso, poder teorizar e reorganizar as práticas científicas (Cavalcante, 2005, p.32).

Contudo um problema durante a escolha de um paradigma se torna presente, porque segundo Cavalcante (2005, p.33), “qualquer comparação entre visões de mundo leva, inevitavelmente, a uma circularidade no debate em torno da escolha de um novo paradigma, pois dado um dos grupos em disputa usará seu próprio paradigma para argumentar em favor desse mesmo paradigma”.

Visto que a ciência normal não tem como propósito de resolver esse problema (Tese da Incomensurabilidade), resta à ciência extraordinária estabelecer um critério para escolha entre paradigmas e continuar desenvolvendo o período de ciência normal. Sobre o critério de escolha diz Kuhn:

O homem que adota um novo paradigma nos estágios iniciais de seu desenvolvimento frequentemente adota-o desprezando a evidência fornecida pela resolução de problemas...Uma decisão desse tipo só pode ser feita com base na fé. (Kuhn apud Cavalcante, 2005 p.34)

Não havendo um critério racional e objetivo para escolha interparadigmática, resta a Kuhn o critério da fé, uma vez que não admite comparações entre paradigmas (tese da incomensurabilidade). Aqui percebe-se uma contradição, enquanto na ciência normal o paradigma é compartilhado por uma comunidade científica, o critério de escolha entre paradigmas é uma escolha individual. Assim a explicação sobre a evolução histórica da ciência esbarra em um critério não suficiente (Cavalcante, 2005, p.35).

Kuhn argumenta que as práticas são teórico-dependentes, quando assume que uma visão de mundo é compartilhada pela comunidade científica e que ela guia nossas práticas. Porém não fornece um critério racional de escolha entre paradigmas tornando indefensável o crescimento do conhecimento científico. (Caldwell, 1982, p.40)

Imre Lakatos, segundo Caldwell, reconhece, assim como Kuhn, que as teorias não existem de forma isolada e se diferencia do método kuhniano oferecendo uma metodologia racional na tentativa de avançar em relação aos erros cometido pelos seus predecessores “é descritivamente acurada, e tem conteúdo prescritivo não trivial” (Caldwell, 1982, p.36). Assim, Lakatos adota o falsificacionismo sofisticado, porque esse método reconhece que as teorias não existem em isolamento, isto é, possibilita explicar como que as disciplinas científicas desenvolvem e como as práticas científicas são estabelecidas (Caldwell, 1982, 47).

Toda comunidade científica, para Lakatos, compartilham o mesmo conjunto de princípios básicos (análogo à visão de mundo de Kuhn) que é chamado por ele de núcleo rígido. O núcleo rígido é o elemento que guia a atividade científica através de um programa de pesquisa científico (PPC) este é ao seu lado à tradição científica (conjunto de princípios básicos – tradição de pesquisa). Um PPC é a continuidade implicada na ciência quando esta é vista como um corpo evolutivo de teorias. O núcleo rígido é o elemento que unifica uma tradição de pesquisa e corresponde à heurística negativa de um programa de pesquisa científico (PPC). O PPC dá uma ideia de continuidade de uma tradição de pesquisa guiada pelo núcleo rígido, tendo em torno em si um cinturão protetor que corresponde a uma heurística positiva.

A heurística negativa, representante dos princípios básicos compartilhados por uma tradição científica, deve ser aceita por todos aqueles que aderem a um determinado PPC. Contudo, o núcleo rígido determina os limites ao cinturão protetor, pois ele não pode ser refutado. Entretanto, um PPC não nega a existência de novas teorias uma vez que ela não rompa com os pressupostos (princípios básicos) do núcleo rígido. Já a heurística positiva determina os campos de pesquisa válidos e é nela que acontece o crescimento na medida em que o cinturão protetor vai alargando. (Cavalcante, 2005, p.36).

Para o entendimento do critério entre escolha entre dois, distintos, PPC's, Lakatos afirma que existem dois tipos de PPC's. Um é o PPC progressivo, sendo aquele que é capaz de prever novas teorias e na medida em que esses novos fatos forem corroborados empiricamente, são também empiricamente progressivo. No extremo oposto estão os PPC's regressivos, incapazes de produzir novas teorias com maior poder preditivo.” (Cavalcante, 2005, p.37)

Com isso, o critério de escolha entre dois PPC's é seu caráter preditivo (empírico), somente aquele considerado progressivo é capaz de atender o critério proposto enquanto os degenerativos, isto é, os PPC's regressivos deixam de ter importância por não atender tal critério. Porém, esse critério de escolha dentre as pesquisas científicas não coloca em contraponto os núcleos rígidos, além de os considerarem incomensuráveis, uma vez que só é considerada a previsão em que as teorias possibilitam. Deste modo, todo núcleo rígido é válido desde que seja teórica e empiricamente progressivo. Logo, pode-se, afirmar que este critério é relativo, relativo ao núcleo rígido, sendo este incomensurável. Por isso, o critério de Lakatos não resolve o problema de escolha entre teorias, pois é um critério circular se entendemos que todo fato é teórico dependente os fatos utilizados, com permissão do núcleo rígido será o mesmo que irá servir de instância de testes para a teoria (Cavalcante, 2005, p.38)

Se a teoria determina a priori como é a configuração do mundo e, com isso, determina, igualmente aquilo que é relevante (dados, eventos, objetos, relações) e ao mesmo

tempo prescreve os critérios de corroboração empírica, parece evidente que se está então diante de uma flagrante circularidade (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p. 759).

Essa incomensurabilidade entre teorias proposto, mesmo que inconscientemente, por Kuhn e Lakatos, “acaba por implicar um relativismo ontológico” (Cavalcante, 2005, p.39). Isso permite que teorias diversas e até mesmo contrapostas possam conviver, pois elas são incomensuráveis e, portanto, não podem ser confrontadas, negando assim um momento crítico.

## **2. Em defesa da Crítica Ontológica**

Dado as teorias expostas e a ontologia que as guia, segue que (i) os positivistas incorrem no ceticismo de que a verdade não existe e circunscreve sua prática ao empírico, isto é, ao imediatamente posto configurando uma teoria prático-operatória, ignorando conceitos como objetividade e verdade. Não admite que elementos não empíricos possa ser objeto de estudo da ciência, além de considerar o ser social como um receptáculo de depósitos empíricos, porque as sensações são os verdadeiros elementos do mundo e, portanto, só existe o mundo porque nossas sensações nos permite conhecê-lo. Advogam por uma neutralidade a partir da negação ontológica na prática científica. Agora (ii) os relativistas não conseguem explicar como as teorias sobre o mesmo objeto são escolhidas pelos cientistas, admitem uma incomensurabilidade dentre teorias guiado por seus respectivos paradigmas (Kuhn) e núcleos rígidos (Lakatos) negando o momento crítico da escolha. Pois a teoria é quem dita, a priori, quais são os dados, objetos, eventos relações, etc. ao mesmo tempo em que prescrevem essas questões para então ser corroborada empiricamente. Em outras palavras, significam o mundo através das suas teorias, conceitos, estrutura linguística, etc. e negam o mundo externo como existente independente do indivíduo que o significa, porque tem que conceituar o mundo para concebê-lo como existente. Além disso, concebem as teorias como produto de uma prática imediata, anistórico, pois os cientistas devem circunscrever suas práticas ao imediatamente posto pelo paradigma ou núcleo rígido, isto é, negando a continuidade da história. Visto isso, as teorias relativas, assim como os positivistas, negam a objetividade do conhecimento, porque não descrevem sobre a realidade existente independente das práticas científicas, pelo contrário, concebem através de suas perspectivas sobre o mundo (Paradigma e/ou núcleo rígido) outras “realidades” dependentes de suas estruturas conceituais.

Qual crítica é possível conceber dado que as formas anteriores de análise crítica são insuficientes? Como não cometer erros nos quais incorreram os positivistas e relativistas? Para fazer uma defesa de crítica mais adequada, e de forma breve responder essas questões deixadas em aberto por essas correntes, como passo lógico que desencadeará na crítica ontológica.

Começarei afirmando que o mundo não é uma elaboração de nosso pensamento. O mundo possui uma existência em si, isto é, independe de nossa percepção sobre ele, portanto o mundo existe independente dos sujeitos que o significam. O que equivale enfatizar que quando nascemos as árvores, rochas, mares, linguagem, mercado etc. já estão, por assim dizer, prontas. Diferentemente dos positivistas e relativistas que só concebem o mundo a partir de sua conceituação sobre ele, negando a existência prévia das estruturas da sociedade. O objeto da ciência, pelo realismo transcendental, é a realidade de entidades trans-empíricas, diferentemente das demais correntes da filosofia da ciência, sendo necessário um critério de cientificidade que lide com essa esfera trans-empírica. Esse critério é o poder causal dessas estruturas, como afirma Roy Bhaskar:

O critério causal volta-se para a capacidade da entidade cuja existência está em causa de produzir mudanças em coisas materiais. Perceba que o campo gravitacional, ou o magnético, satisfaz esse critério, mas não o critério da perceptibilidade. No critério causal, ser não é ser percebido, mas (em última instância) ser capaz de realizar. (BHASKAR, 1979, p. 15 e 16)

Entretanto, há uma diferença entre o mundo natural e o mundo social. Uma síntese do argumento do Bhaskar pode ser encontrado em (Monfardini, 2014):

Segue: (i) os objetos do mundo social, diferentemente dos objetos do mundo natural, dependem de práticas humanas para se reproduzir (por exemplo, um idioma se reproduz com a fala, o mercado com comprar e vendas, etc.); (ii) práticas dependem de ideias prévias que as orientem (por exemplo, falar pressupõe o conhecimento do idioma, comprar e vender pressupõe um conhecimento de como realizar essas ações e do que elas significam, etc.); (iii) logo, a existência dos objetos do mundo social depende de uma pré-conceituação, por parte dos indivíduos desses próprios objetos. (MONFARDINI, 2014, p.8)

Quanto ao primeiro ponto, para que determinada estrutura como o idioma, mercado, etc. continue existindo é necessário que os indivíduos reproduzam com fala, compra e venda, etc., mesmo que alguns indivíduos não decidam realizar tal prática. Já no segundo ponto, Bhaskar afirma que “a ação humana é caracterizada pelo notável fenômeno da intencionalidade” presente nas práticas e ausente nas estruturas sociais (Bhaskar, 1998, p.11-12). E como afirma Monfardini, “intenções dependem de ideias tanto para indicar finalidades a serem perseguidas pelos indivíduos como para indicar a eles os meios para se atingir essas finalidades” (Monfardini, 2014, p.10). Agora, sendo as práticas dos indivíduos reprodutoras ou transformadoras das estruturas sociais, requer que as ideias sobre tais estruturas sejam adequadas para tal prática. Então segue que:

De acordo com esse raciocínio, a sociedade é inseparável das ideias sobre ela, o que faz a análise teórica ser, entre outras coisas, uma análise das concepções que sustentam a sociedade. Esse resultado, por si só importante, leva a um segundo: se ideias socialmente difundidas orientam práticas socialmente difundidas e, portanto, sustentam determinada configuração social, isso significa que ideias são sustentadas não somente por critérios cognitivos, como o critério da verdade, mas também por critérios que dizem respeito a necessidades ligadas ao objeto das práticas, i. é., a própria sociedade. E assim, mesmo as falsas ideias, quando socialmente difundidas

possuem uma razão de ser que vai além de critérios cognitivos. E é dessa razão de ser que se ocupa a crítica ontológica. (MONFARDINI, 2014, p.10)

Relacionando com a primeira seção deste artigo, onde tanto os positivistas quanto os relativistas não admitem uma resolução entre disputas teóricas e como decorrência disso, o avanço das teorias só se dá pela natureza lógico-gnosiológica, isto quer dizer que as proposições remetem ao conhecimento sobre o ser. Em outras palavras, por não admitirem resoluções entre duas teorias distintas o desenvolvimento dessas teorias se dá pela forma lógico-gnosiológica. Dito isso, a necessidade da crítica ontológica como um imperativo de transformação da realidade ou da transformação de falsas ideias uma vez que tal crítica põe a necessidade de figurar o mundo em uma outra ontologia, sendo esta crítica da primeira, pois como sublinha Duayer (2012) “a prática do humano-social é prática teleológica, finalística, e, por isso, depende crucialmente de uma significação ou figuração do mundo mais ou menos unitária e coerente”. Para enfatizar a necessidade do conhecimento ontológico para a prática cotidiana da sociedade afirma Lukács:

A estreita vinculação entre teoria e práxis tem como consequência necessária que esta última, nas suas formas fenomênicas sociais concretas, encontre-se amplamente influenciada pelas representações ontológicas que os homens têm a respeito da natureza. Por sua vez, a ciência, quando apreende com seriedade e de modo adequado a realidade, não pode evitar tais formulações ontológicas; que isso aconteça conscientemente ou não, que as perguntas e as respostas sejam certas ou erradas, que ela negue a possibilidade de responder de maneira racional a tais questões, não tem nenhuma importância nesse nível, porque essa negação, de qualquer modo, age ontologicamente dentro da consciência social. E, dado que a práxis social sempre se desenrola dentro de um entorno espiritual de representações ontológicas, tanto na vida cotidiana como no horizonte das teorias científicas, essa circunstância por nós referida é fundamental para a sociedade. (Lukács, 2013, p.89)

Feito isso uma síntese da crítica ontológica é feita por Medeiros (2013):

- A crítica explanatória ou ontológica refere-se, na verdade, a um tríplice procedimento crítico:
- (1) a demonstração de falsidade das crenças ou teorias criticadas;
  - (2) a simultânea apresentação de uma explicação alternativa e mais abrangente da causalidade de fenômenos anteriormente significados através das crenças ou teorias em questão;
  - (3) a indicação dos motivos reais que levam à produção e sustentação das concepções equivocadas, mistificadas e/ou ilusórias e, ainda, das condições sociais que facultam a própria crítica. (pp.77-8)

A crítica ontológica refere-se diretamente aos pressupostos da teoria criticada e “o caráter propriamente ontológico se encontra no ponto (3)” (Monfardini, 2014), porque nesse ponto busca-se identificar qual é a base material de sustentação de tais ideias.

### **3. A Crítica Ontológica do “Marxismo Tradicional”**

Feita a defesa da crítica ontológica como um método considerado mais adequado para investigação de categorias sobre o mundo, uma vez que ela busca entender a “realidade autêntica existente em si” (Lukács, 2012b, p.295), será identificado na obra *Necessity, labour and time* do autor

Moishe Postone a realização de tal procedimento na sua reinterpretação das categorias centrais de Marx como a essência e o desenvolvimento histórico do capitalismo, e, conseqüentemente, sobre a noção de socialismo. Isto quer dizer que o Postone, para realizar uma reinterpretação das categorias centrais da crítica marxiana é necessário proceder o método de crítica ontológica, isto é, colocar em crítica os pressupostos da teoria criticada configurando o mundo em uma outra ontologia, sendo esta ontologia crítica da primeira. Esse seria o método que o próprio Marx utilizava<sup>3</sup>.

De início Postone indentifica quais são as teorias que merecem o foco de sua investigação, e com isso já começa a nos informar qual a essência de sua crítica. Para ele a essência e o desenvolvimento histórico do capitalismo que tem como decorrência um entendimento sobre socialismo que deve ser posto em investigação, pois o que Postone chama de “marxismo tradicional” geralmente caracteriza a essência do capitalismo como economia de mercado e propriedade privada dos meios de produção. De forma análoga o socialismo é caracterizado por ser a negação histórica do capitalismo e como propriedade coletiva dos meios de produção e planejamento econômico. De acordo com essas características do “marxismo tradicional” o capitalismo pode ser descrito da seguinte forma:

A estrutura do capitalismo de livre-mercado era tal que deu origem à produção industrial – um modo que, sob condições de acumulação, competição e crises, originou, por sua vez, as possibilidades técnicas do planejamento centralizado, bem como dos seus pressupostos sócio-organizacionais: centralização e concentração dos meios de produção, a tendência de administração e direito de posse separarem-se um do outro e a constituição e concentração de um proletariado industrial. Em outras palavras, o modo capitalista de propriedade e *distribuição* deu origem a um novo modo de produção – a produção industrial – a qual criou um grau de riqueza antes impensável, embora distribuída de forma altamente desigual. Contudo, este modo de produção cria as condições da possibilidade de um modo de *distribuição* novo, justo e conscientemente regulado. (Postone, 1978, p. 1)

O “marxismo tradicional” faz uma crítica histórica do modo de distribuição, pois cada marxista teria uma “teoria da produção social”. Entretanto, Postone enfatiza que, para essa visão tradicional, “o desenvolvimento da produção industrial em escala ampla é considerado essencialmente como a mediação histórica entre o modo de distribuição capitalista e a possibilidade de outro modo” (Postone, 1978, p. 1). Essa interpretação orienta a categoria valor associada à característica de distribuição, seria “o regulador ‘automático’ da distribuição social de bens e serviços, capital e trabalho” (idem, *ibidem*). Outra crítica realizada, a teoria do marxismo tradicional, passa pela esfera da distribuição de riqueza social que é a contradição entre as *forças e relações de produção*, sobre isso diz Postone:

"[F]orças produtivas" são equacionadas com o modo industrial de produção e as "relações de produção" capitalistas são apreendidas como apropriação privada, mediada socialmente pelo automatismo do mercado "auto-regulado".

<sup>3</sup> Cf. Lukács (2013), Duayer (2010, 2012), Medeiros (2013) e Monfardini (2014).

Vê-se a contradição como ocorrendo entre uma capacidade produtiva que, potencialmente, poderia satisfazer as necessidades *de consumo* de todos os membros da sociedade e relações sócio-econômicas que impedem a efetivação deste potencial (Idem, ibidem)

Como decorrência dessa interpretação o processo industrial de produção à medida que ele emerge passa a assumir uma existência histórica independente. De acordo com Postone o processo industrial de produção

[É] visto como intrinsecamente independente da "economia capitalista" que, por sua vez, é apresentada como um conjunto de fatores extrínsecos: propriedade privada e condições exógenas de valorização do capital dentro da economia de mercado. O elemento historicamente dinâmico é visto como incrustado na "esfera econômica", entendida estreitamente, enquanto o modo de produção é considerado como externo a ou em contradição com aquela esfera. Separa-se, por um lado, a dominação de classe e a propriedade privada, como específicas do capitalismo e, por outro lado, o trabalho industrial como não-específico e independente do capitalismo. *Uma vez aceita esta estrutura, contudo, segue-se que o modo industrial de produção – aquele baseado no trabalho proletário – é visto como historicamente final.* Isto leva à noção de socialismo como a continuação linear do modo industrial de produção, o qual foi originado pelo capitalismo; o socialismo como um novo modo de administração política e econômica do *mesmo* modo de produção. (Idem Ibid)

Com isso, o autor aponta de início a falsidade das teorias criticadas, porque o momento da distribuição é considerado como fora do sistema capitalista e, portanto, outra forma de distribuição é possível, ao passo que o modo de produção industrial é visto de forma anistórica o que leva a pensar a uma visão equivocada de socialismo como uma continuação linear do modo industrial de produção, uma nova forma de administrar política e economicamente o mesmo modo de produção. Isto faz com que atenda uma das três características da crítica ontológica, que é a demonstração do equívoco da qual a teoria criticada comete, sinalizado pelo ponto (1) da seção anterior. Assim o autor começa expondo a teoria hegemônica que merece sua atenção, a que ele denomina de ‘marxismo tradicional’ seguindo a exposição de seus equívocos e a partir daí começar a apresentar uma interpretação que tenha um maior poder explanatório sobre essas categorias.

Para compreender tais categorias autor apresenta passagens de Marx dos *Grundrisse* que permite uma compreensão mais adequada sobre trabalho e modo de produção, resolvendo a confusão que o “marxismo tradicional” comete em relação a estas categorias, pois a forma de produção de riqueza e sua distribuição são apenas momento de um processo histórico:

Não é preciso ter uma perspicácia fora do comum para compreender que, partindo, p. ex.i, do trabalho livre ou trabalho assalariado resultante da dissolução da servidão, as máquinas só podem *surgir* em contraposição ao trabalho vivo, como propriedade alheia e poder hostil diante dele; *i.e.*, que elas têm de se contrapor a ele como capital. Porém, é igualmente fácil perceber que as máquinas não deixarão de ser agentes da produção social tão logo devêm, p. ex., propriedade dos trabalhadores associados. No primeiro caso, todavia, sua distribuição, *i.e.*, o fato de *não pertencerem* ao trabalhador, é da mesma maneira condição do modo de produção fundado no trabalho assalariado. No

segundo caso, a distribuição modificada partiria de uma base da produção nova, *modificada*, originada somente por meio do processo histórico. (Marx, 2011, p. 1152)

Entendendo que o modo de produção é um processo histórico, isto é, não determinado, decorre que o Postone utiliza Marx para realizar uma leitura mais acertada do que de fato é o fundamento da produção burguesa, a produção baseada no valor pela seguinte passagem:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, *i.e.*, o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção baseada no valor. (Marx, 2011, p. 940)

O valor é considerado o fundamento da produção burguesa, como uma *relação de valor*, isto é, relação do trabalho social que assume a forma de antítese entre capital e trabalho assalariado e não pode ser entendida como uma mera forma de regulador automático como pretende o “marxismo tradicional”, deve ser entendido como intimamente relacionados. Porque o pressuposto da produção baseada no valor é a massa de tempo de trabalho direto, que determina a produção de riqueza. Tendo isso em vista, o pensamento de Marx não pode ser uma crítica da distribuição tem que ser uma crítica da forma em que a produção se dá no capitalismo (POSTONE, 1978, p. 4).

A explicação mais abrangente das categorias analisadas se concretiza na passagem a seguir, pois nela é incluída que a superação do capitalismo deve ser a superação do modo de produção baseado no valor, isto é, uma mudança no trabalho social e não uma mera produção de massa maior e melhor distribuída de bens de consumo, pensamento que cabe ao “marxismo tradicional”:

O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador.

...Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O *roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia*, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. (Marx, 2011, p. 941-2)

Postone deixa claro que para Marx a superação do capitalismo é a superação do modo de produção, isto é, a superação do dispêndio de tempo de trabalho humano direto como forma social de riqueza o que parece ser pertinente incluir o fim do trabalho assalariado. Aqui, as interpretações sobre as categorias analisadas são completamente opostas ao “marxismo tradicional”, pois o valor é não é um regulador automático da produção e sim uma síntese da contradição entre capital e trabalho assalariado que constitui o modo de produção capitalista, por sua vez o modo de produção é parte de um processo histórico que será superado quando não tiver mais essa antítese entre capital e trabalho.

Com isso, Postone apresenta de forma mais abrangente através das passagens dos Grundrisse de Marx sobre modo de produção, trabalho e, portanto, a noção sobre socialismo. Por esses pontos o autor passa pelo segundo ponto da crítica ontológica, a apresentação simultânea de uma teoria mais abrangente da causalidade dos fenômenos apresentados.

Agora buscaremos o ponto essencialmente ontológico da crítica, que é a indicação dos motivos reais que levam à produção das concepções equivocadas. Nas passagens que segue o Postone mostra de onde parte tais equívocos:

Esta análise do valor e do mais-valor como categorias da produção, que compreende modos concretos particulares de trabalho, provê a base para um exame da fragilidade daquelas posições que entendem a categoria de mais-valor apenas em termos de distribuição, isto é, como aquela porção do valor total criado pelos trabalhadores que é maior do que a requerida para a sua reprodução imediata e que é apropriada pelo capitalista. O problema com tais entendimentos – que colocam um momento da categoria como a totalidade das relações por ela compreendida – torna-se claro quando questiona-se qual significado a abolição da mais-valor poderia ter. (1) Por um lado, isto não pode querer dizer abolição de *qualquer* forma de produto excedente, pois – como Marx enfatizou em *Crítica ao programa de Gotha* – alguma forma de excedente é necessária para qualquer forma histórica de sociedade. Em outras palavras, é historicamente inadequado e socialmente ingênuo, enxergar a categoria de mais-valor simplesmente como uma desmistificação moral: ou seja, de que se os trabalhadores "realmente" produzem a mais-valor, então eles devem pegá-la toda, ao produzi-la. (2) Se, contudo, a categoria de valor e, portanto, de mais-valor, é interpretada como uma categoria de propriedade privada e mercado, então a expropriação da classe capitalista e a administração social do excedente deveria ser suficiente para superar a mais-valor. No entanto, este ponto de vista não leva em conta o processo de produção. Ele se baseia em uma leitura de Marx em que o produto se torna uma mercadoria, adquirindo valor, no ato de troca; o produto excedente torna-se mais-valor como resultado de sua apropriação pela classe capitalista. De acordo com isso, depois da superação da produção orientada pela mais-valor, as pessoas continuariam a trabalhar tanto como sob o capitalismo, sob uma estrutura de distribuição modificada. É irônico ver que uma teoria que alega examinar o trabalho social não consegue, de fato, apreender exatamente este aspecto da vida social. (Postone, 1978, p.8)

Fica claro nessa passagem que o motivo real da interpretação equivocada do “marxismo tradicional” está na interpretação da categoria valor, entendida como categoria de distribuição enquanto o modo de produção industrial é visto de forma historicamente final. Essa interpretação é possível porque ao entender o mais-valor como parte da distribuição, essa categoria fica restrita a análise sobre o ponto de vista da propriedade privada e economia de mercado. A decorrência dessa interpretação é a tentativa de superação do capitalismo através da oposição da propriedade privada pela propriedade coletiva e economia de mercado por planejamento econômico, isto é, seria suficiente tornar a propriedade coletiva e uma administração social da produção para superar o capitalismo, mesmo que para isso tenhamos que continuar sobre a forma de trabalho assalariado da mesma forma que no capitalismo. Dessa forma continua Postone:

Assim, a contradição Marxiana entre as forças e as relações de produção já não poderia mais ser interpretada da mesma maneira que no Marxismo tradicional, para o qual "relações de produção" são entendidas apenas em termos do modo de distribuição e o modo de distribuição *per se* é hipostasiado como aquelas "forças produtivas" que, uma vez "destravadas", poderiam produzir mais e melhores bens, e no qual a maneira concreta de produção dos bens não é levada em conta. A contradição Marxiana antes deveria ser entendida como ocorrendo *no interior* do próprio modo de produção – como uma crescente contradição entre o tipo de trabalho concreto que as pessoas fazem sob o capitalismo e o tipo de trabalho que elas poderiam fazer se o potencial produtivo desenvolvido sob o capitalismo fosse reflexivamente utilizado para libertar as pessoas da dominação objetificada de seu próprio trabalho. (POSTONE, 1978, p.8)

Por fim, ao defender que o Postone fornece uma reinterpretação de categorias-chave do pensamento de Marx, ele tem que realizar uma “crítica de fato” (DUAYER, 2010), isto é, uma crítica ontológica, crítica que configura o mundo em uma outra ontologia, uma ontologia crítica da anterior.

### Referências Bibliográficas

- CALDWELL, Bruce. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982
- CAVALCANTE, Carolina Miranda. *Ciência e Filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo*. Niterói: [s.n.], 2005.
- DUAYER, M. Anti-realismo e absolutas crenças relativas. *Margem Esquerda*, São Paulo, v. 8, p. 109-130, 2006.
- DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. *Margem Esquerda*, São Paulo, v. 17, p. 88-99, 2011.
- DUAYER, M. Marx, Verdade e Discurso. *Perspectiva*, Florianópolis, UFSC, v. 19, n. 1, 2001.
- DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v.10, p. 35-47, 2012
- DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.4, p. 723-783, out.-dez., 2001b
- LUKÁCS, György. O Trabalho. In: *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K. *Grundrisse*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011

- MONFARDINI, Rodrigo Delpupo. *Marx e a crítica ontológica: uma comparação entre A Ideologia Alemã e O Capital*. Niterói: [s.n.], 2014.
- MEDEIROS, João Leonardo. *A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói, EDUFF, 2013.
- POSTONE, Moishe. *Necessity, labour and time: a reinterpretation of the marxian critique of capitalism*. *Social Research* 45 (Winter 1978), pp. 739-788.